

Artigo original



Inclusão social pelo trabalho: percepções da primeira experiência de emprego em jovens de baixa renda

Social inclusion through work: perceptions of the first employment experience in low income young people

Inclusión social a través del trabajo: percepciones de la primera experiencia laboral en jóvenes de bajos ingresos

Patrícia Souza Bahia Borges¹ 
Antônio Almerico Biondi Lima² 
Carolina Villa Nova Aguiar³ 

¹Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (Salvador). Bahia, Brasil.

²Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cruz das Almas). Bahia, Brasil.

³Autora para correspondência. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (Salvador). Bahia, Brasil. carolinaaguiar@bahiana.edu.br

RESUMO | OBJETIVO: Este estudo teve como objetivo propor um modelo cognitivo/explicativo que represente as mudanças que podem ser incorporadas à vida de jovens de baixa renda, a partir de sua primeira experiência de emprego formal. **MÉTODO:** A amostra do estudo foi composta por 25 jovens beneficiários do Programa Primeiro Emprego/BA, que participaram de grupos focais on-line. Para a análise, as falas foram inicialmente categorizadas por meio da análise de conteúdo temática e, em seguida, visando uma sistematização e o estabelecimento de uma relação entre as categorias adotadas, foi utilizada a técnica do mapeamento cognitivo. **RESULTADOS:** A partir da análise das falas dos jovens, foram identificados 29 núcleos de sentidos, distribuídos em torno da tríade indivíduo-trabalho-sociedade. Entre as mudanças pessoais percebidas, destacam-se a valorização e o crescimento pessoal, assim como questões financeiras. Nas mudanças laborais, o aumento da empregabilidade como resultado da maior qualificação profissional e das novas habilidades técnicas adquiridas foi amplamente citado. Por fim, no que diz respeito às mudanças sociais, a percepção de alteração do status social ficou evidente. A maioria das mudanças observadas foram positivas e indicaram um aumento na qualidade de vida dos jovens de baixa renda. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que para uma modificação dos padrões de reprodução da força de trabalho juvenil, baseados na precarização e na subalternidade, é necessária uma transformação da realidade laboral dos seus atores.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego. Juventude. Trabalho. Pobreza. Inclusão Social.

ABSTRACT | OBJECTIVE: This study aimed to propose a cognitive/explanatory model that represents the changes that can be incorporated into the lives of low-income young people, from their first experience of formal employment. **METHOD:** The study sample consisted of 25 young beneficiaries of the First Employment Program/ BA, who participated in online focus groups. For the analysis, the speeches were initially categorized through thematic content analysis and, then, aiming at systematization and the establishment of a relationship between the adopted categories, the cognitive mapping technique was used. **RESULTS:** Based on the analysis of the young people's statements, 29 nuclei of meanings were identified, and distributed around the individual-work-society triad. Among the perceived personal changes, valorization and personal growth stand out, as well as financial issues. In terms of job changes, the increase in employability as a result of higher professional qualifications and new technical skills acquired was widely cited. Finally, with regard to social changes, the perception of change in social status was evident. Most of the changes observed were positive and indicated an increase in the quality of life of low-income youth. **CONCLUSION:** It is concluded, therefore, that for a change in the system, a transformation of the work reality of its actors is necessary.

KEYWORDS: Employment. Youth. Job. Poverty. Social Inclusion.



RESUMEN | OBJETIVO: Este estudio tuvo como objetivo proponer un modelo cognitivo/explicativo que represente los cambios que pueden incorporarse en la vida de jóvenes de bajos ingresos, a partir de su primera experiencia de empleo formal. **MÉTODO:** La muestra del estudio estuvo compuesta por 25 jóvenes beneficiarios del Programa *Primeiro Emprego/BA*, que participaron de grupos focales en línea. Para el análisis, los enunciados fueron inicialmente categorizados a través del análisis de contenido temático y luego, con el objetivo de sistematizar y establecer una relación entre las categorías adoptadas se utilizó la técnica del mapeo cognitivo. **RESULTADOS:** A partir del análisis de los enunciados de los jóvenes, se identificaron 29 centros de significado, distribuidos en torno a la tríada individuo-trabajo-sociedad. Entre los cambios personales percibidos se destacan la apreciación y el crecimiento personal, así como las cuestiones financieras. En los cambios laborales se citó ampliamente el aumento de la empleabilidad como consecuencia de una mayor cualificación profesional y de nuevas competencias técnicas adquiridas. Finalmente, en lo que respecta a los cambios sociales, se hizo evidente la percepción de cambios en el estatus social. La mayoría de los cambios observados fueron positivos e indicaron un aumento en la calidad de vida de los jóvenes de bajos ingresos. **CONCLUSIÓN:** Se concluye, por tanto, que para modificar los patrones de reproducción de la fuerza laboral juvenil, basados en la precariedad y la subalternidad, es necesaria una transformación de la realidad laboral de sus actores.

PALABRAS CLAVE: Empleo. Juventud. Trabajo. Pobreza. Inclusión Social.

Introdução

Independentemente do período da vida e/ou do grupo social, os assuntos relativos ao trabalho serão sempre marcantes e farão parte do contexto do sujeito e das organizações. O trabalho é um mister central na interação do indivíduo com o mundo tanto no plano objetivo quanto no subjetivo. Constitui-se uma atividade multidirecionada envolvendo questões materiais, interpessoais e, ainda, intrapessoais, relacionadas à produção de significados subjetivos (Magalhães & Bendassoli, 2013).

Apesar de estar presente em diversas fases da vida e em todos os grupos sociais, a primeira experiência de emprego pode assumir um papel central para o jovem de baixa renda por se tratar de uma vivência que o insere em um locus passível de mudanças em diversas esferas, incluindo a ocupacional (Castro et al., 2009). Segundo as pesquisas de emprego e desemprego disponíveis (Advanced Financial Network, s.d.; IBGE, s.d.), a taxa de desemprego entre os jovens é superior à encontrada na população economicamente ativa. O desemprego pode ser caracterizado como um processo de desfiliação social, recheado de situações de rompimento de laços, vínculos, trabalho, grupos e comunidade, em variados níveis de intensidade, que resultam na perda de referências de pertencimento social (Silva et al., 2015). Inversamente, o emprego formal baseado na seguridade social (trabalho decente) segundo a Organização Internacional do Trabalho (<https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil>), teria o efeito de reforçar laços, formar novos vínculos e estimular novas formas de sociabilidade, particularmente no que se refere à família e ao projeto de vida.

Diante do cenário apresentado, surge a indagação: que mudanças os jovens brasileiros de baixa renda percebem em si mesmos e em sua relação com o mundo do trabalho a partir de sua primeira experiência de emprego formal?

A presente pesquisa insere-se na perspectiva de propor um modelo cognitivo/explicativo que represente as mudanças que podem ser incorporadas à vida de jovens de baixa renda a partir da primeira experiência de emprego, reconhecida socialmente como um trabalho formalizado e vinculado a uma profissão.

Juventude e as políticas brasileiras de inclusão pelo trabalho

O conceito de juventude é heterogêneo, polissêmico e interdisciplinar, pois ele é fruto de um movimento de expansão estabelecido no processo de construção social, histórico e cultural. Sendo assim, o surgimento da identidade juvenil não está enredado apenas em determinada idade biológica, mas em um processo de transformação contínua entre indivíduos, coletivos e contextos, inseridos em experiências diversificadas. Com base em diferentes teorias e métodos de hipóteses biológicas, sociais ou psicológicas, desvela-se, portanto, uma pluralidade de juventude(s) (Carrano, 2013). Nessa ordem, as juventudes de baixa renda representam um grupo social complexo e distinto, que busca por melhores condições de vida frente às dificuldades encontradas pelas desigualdades sociais (Lima, 2016).

De acordo com o Decreto Federal nº [8.537](#), de 5 de outubro de 2015, art. 2º que regulamenta a Lei federal [12.852](#), de 5 de agosto de 2013, considera-se jovem de baixa renda pessoa com idade de 15 a 29 anos, pertencente a uma família com renda mensal de até dois salários mínimos. Aditando, [Novaes](#) (2007) situa esse jovem a partir do local de sua residência; da remuneração e precariedade do mercado de trabalho para esse segmento, assim como da falta de expectativa e/ou garantia de inserção profissional. De outro modo, os jovens de baixa renda estão inseridos em uma conjuntura de contrastes existentes entre a rede pública e a privada de ensino, bem como as temáticas plurais, relacionadas às noções de cidadania, desigualdade e participação política, refletindo, portanto, em possibilidades diferenciadas para ingresso na universidade ou no mercado de trabalho ([Novaes](#), 2007). Em resumo, pode-se inferir que as desigualdades, retroalimentadas por preconceitos e discriminações, produzem distintos graus de vulnerabilidade juvenil.

As juventudes de baixa renda representam um grupo social complexo e distinto, que busca por melhores condições de vida frente às dificuldades encontradas pelas desigualdades sociais. Os jovens vivenciam discriminações do setor produtivo por conta da pouca experiência, baixa produtividade e alta rotatividade ([Lima](#), 2016). Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – (PNAD) trimestral do [IBGE](#) (2019), dos mais de 13 milhões de desempregados no país em 2019, 32% têm idade de 18 a 24 anos, o que corresponde a um contingente de 4,1 milhões de jovens nessa faixa etária em busca de emprego. Além disso, as mulheres ainda são aquelas que mais aparecem como inativas ([Advanced Financial Network](#), s.d.).

A discussão sobre a juventude e as vulnerabilidades sociais tem-se ampliado gradativamente no âmbito das políticas públicas. Em que pese tal temática ainda demandar de diagnósticos precisos, assim como os estudos e as avaliações sobre as políticas já em curso, o tema tem-se desvelado sucessivamente. De um lado, impulsionado pela crescente preocupação com aspectos associados à violência e aos comportamentos de risco — tradicionalmente associados a essa faixa etária — de outro, pela necessidade da redução das desigualdades sociais, ampliação de oportunidades e qualificação para uma geração confrontada a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e instável ([UNESCO](#), 2009).

Os desafios e as diferentes formas de inserção laboral operam um quadro marcado pela fragilidade do trabalho assalariado, produzindo marcas nas trajetórias de vida desses jovens. No Brasil, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego foi criado pelo Governo Lula, em 2003, reformulado pouco depois e extinto no fim da década (Lei n. [10.748](#), 2003). O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e ao risco social apresentado para os jovens e, por outro, que buscassem oferecer múltiplas oportunidades de experimentação e inserção social que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais ([Sposito](#), 2003).

Nessa conjuntura, destaca-se a implantação, em 2005, pelo governo federal, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) pela Lei nº [11.129](#) que instituiu a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), especificamente para jovens de 18 a 24 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho. Nesse contexto, emerge a Política Nacional de Juventude (Lei n. [11.129](#), 2005).

Em 2007, a partir da avaliação dos resultados obtidos nas diversas frentes de atuação, propôs-se a reformulação da política nacional com o objetivo de ampliar a integração entre as ações de cunho emergencial e delas com as ações vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura, bem como de aumentar sua escala de cobertura para todo o universo de jovens brasileiros socialmente excluídos – agora incluindo os jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo ([Castro](#) et al., 2009).

Na segunda gestão do Governo Lula, de 2008 a 2011, por meio da estruturação do Plano Plurianual (PPA) “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade”, aumentou-se o número de ações e os jovens ganharam maior visibilidade. O tema “trabalho” para esse segmento específico apareceu como um apêndice ao campo da educação. De outra forma, o ano de 2013 foi circunscrito pela promulgação do Estatuto da Juventude (Lei n. [12.852](#), 2013) que estabelece e alinha sobre os direitos dos jovens os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) ([Castro](#) et al., 2009).

A partir de referências do Programa 1º Emprego (federal, lançado em 2003) que articulava formação, trabalho e renda foi instituído pelo governo estadual o Programa Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional (Programa 1º EMPREGO – PPE), gerado pela Lei estadual nº [13.459](#) de 10 de dezembro de 2015 e lançado em novembro de 2016. Esse projeto é destinado a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo estado da Bahia. A inovação do PPE em relação ao programa federal é a sua vinculação direta e precípua com órgãos públicos, transformando-o em uma gigantesca e singular escola (Lei n. [14.395](#), 2021).

Material e método

Trata-se de um estudo descritivo, de corte transversal e de abordagem qualitativa.

Locus da pesquisa

O Programa Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional (Programa 1º EMPREGO – PPE/BA) foi gerado pela Lei estadual número [13.459](#) de 10 de dezembro de 2015 e lançado em novembro de 2016. Voltado para os estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e para jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia a partir do ano de 2015, que não possuam experiência formal de trabalho na habilitação cursada em período acima de 12 meses, exceto na condição de jovem aprendiz e estagiário. Todas as funções desempenhadas pelos beneficiários são assistidas de perto por servidores públicos tutores, denominados “Pontos Focais”, que os acompanham, orientam e avaliam. Atuam nas áreas de desenvolvimento humano, saúde, educação, sustentabilidade e tecnologia, sem substituir qualquer outro tipo de mão de obra nos órgãos públicos estaduais.

Participantes

Foram convidados a participar da pesquisa 50 jovens beneficiários do PPE entre setembro e outubro de 2019. Os critérios de inclusão foram: possuir celular, notebook, tablet ou outro dispositivo com câmera e microfone; possuir familiaridade com plataformas

de reuniões on-line; internet estável e acesso a ambiente reservado para participação no grupo focal. Já o critério de exclusão foi o jovem estar afastado do trabalho por algum motivo (atestado, férias, licença-maternidade etc.).

Técnica de pesquisa

Foram realizados sete grupos focais *on-line*. Os grupos focais ou grupos de discussão referem-se a um procedimento de investigação de base qualitativa, organizados a partir de roteiros semiestruturados. O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade.

Algumas questões disparadoras, relacionadas às mudanças percebidas após o ingresso no Programa (como, por exemplo: “O que mudou na vida de vocês depois do ingresso no PPE?” e “Como o Programa contribuiu para o seu desenvolvimento profissional?”), foram utilizadas e os participantes foram convidados a refletir e, de forma interativa, pensar sobre os impactos da primeira inserção profissional em suas vidas profissionais e pessoais. Os grupos foram conduzidos por uma mediadora e duas observadoras e as sessões foram gravadas e posteriormente transcritas. Para garantir a preservação da identidade dos participantes, foram atribuídos nomes fictícios a cada um deles.

Procedimentos de análise de dados

Para sistematização e o estabelecimento de uma relação entre os conteúdos trabalhados dos grupos focais, foi utilizada a técnica do mapeamento cognitivo, configurada como uma ferramenta de pesquisa que visa a identificação de elementos que integram modelos mentais construídos pelos indivíduos e partilhados em menor ou maior grau por outros sujeitos. Essa técnica possibilita retratar graficamente as crenças subjetivas acessadas ou os núcleos de sentido, dando-lhes um tratamento espacial que facilite a visualização das relações significativas identificadas ([Cossette & Audet, 1992](#)).

Questões éticas

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), respeitando as Resoluções Éticas

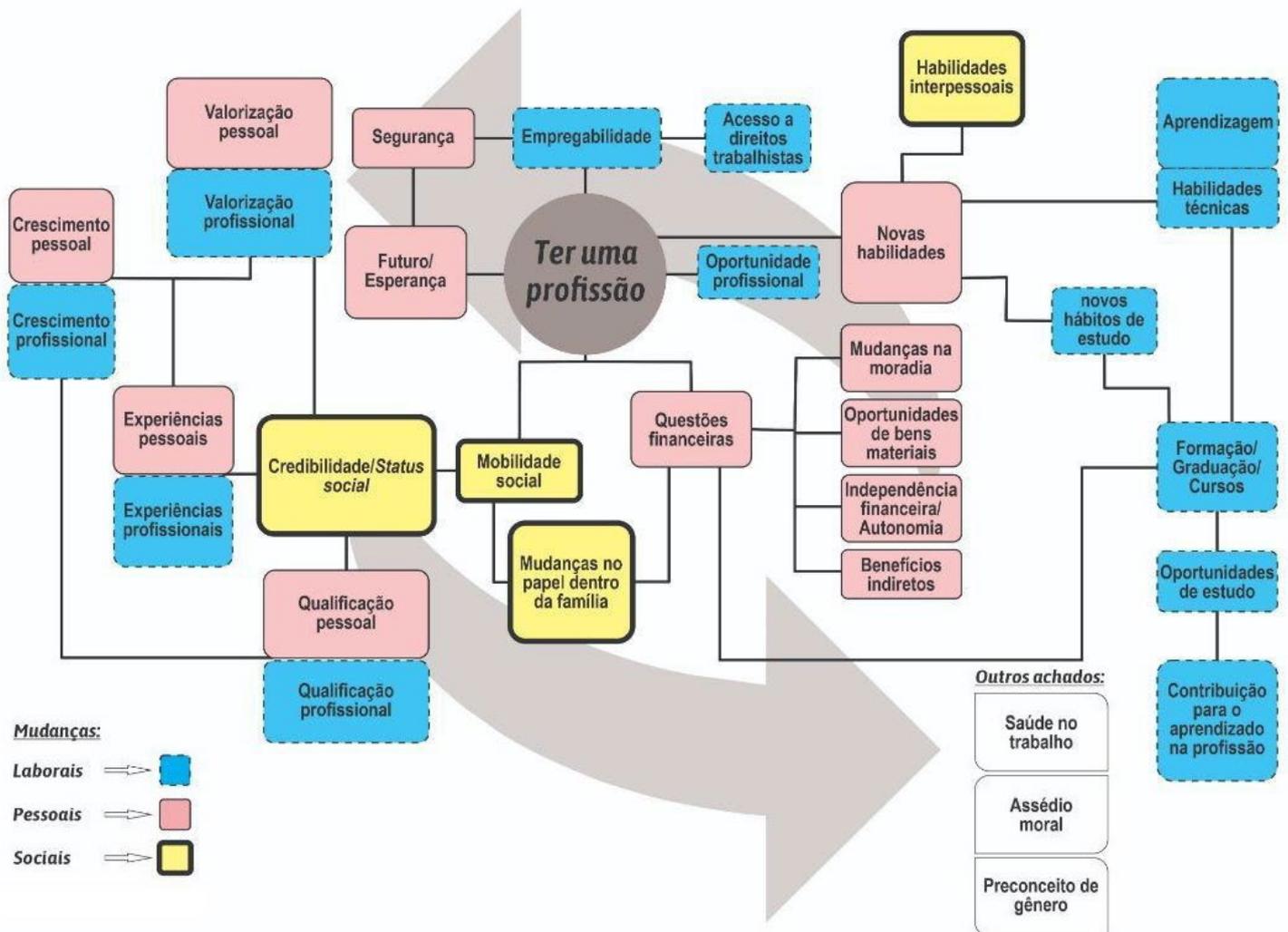
Brasileiras e em especial a Resolução CNS 510/2016, obtendo parecer aprovado de número: 4.400.409 em 16 de novembro de 2020 e CAAE: 38803620.0.0000.5544.

Resultados e discussão

No total, 50 pessoas foram convidadas, sendo que 25 delas compareceram e participaram dos grupos. A duração de cada grupo focal on-line variou de 1h a 2h15min. A média de idade entre os sujeitos foi de 23,8 anos (DP = 4,46). Em relação ao gênero, a amostra foi composta por 68% de mulheres (n = 17) e 32% de homens (n = 8). Sobre a raça/cor, os participantes da pesquisa se autodeclararam 52% pardos (n = 13), 36% pretos (n = 9) e 12% brancos (n = 3). Por fim, 12% se declararam casados (n = 3), 8% em união estável (n = 2), 80% solteiros (n = 20) e 20% tinham filhos (n = 5).

A partir da análise da fala dos jovens de baixa renda que participaram dos grupos focais, percebeu-se que uma primeira experiência de trabalho formal, socialmente reconhecida, está imbricada por um objetivo central, que é TER UMA PROFISSÃO. Optou-se, então, por contemplar essa ideia central como ponto de partida para o mapeamento cognitivo, que resultou em um conjunto de 29 núcleos de sentido, traduzindo o pensamento dos jovens em recursos visuais (Figura 1). Discorrendo, ainda, que as mudanças percebidas pelos jovens podem ser organizadas a partir da tríade indivíduo-trabalho-sociedade, esses elementos foram considerados eixos norteadores do pensamento, vinculados aos núcleos de sentido desenvolvidos.

Figura 1. Mapeamento cognitivo dos jovens de baixa renda



Fonte: os autores (2024).

Mudanças laborais

Dentro do eixo Mudanças laborais, foram identificados 13 núcleos de sentido. 1) Oportunidade profissional; 2) Aprendizagem; 3) Habilidades técnicas; 4) Novos hábitos de estudo; 5) Formação/Graduação/Cursos; 6) Oportunidades de estudo; 7) Contribuição para o aprendizado na profissão; 8) Valorização profissional; 9) Crescimento profissional; 10) Experiências profissionais; 11) Qualificação profissional; 12) Empregabilidade; 13) Acesso a direitos trabalhistas.

Para um jovem trabalhador de baixa renda, ter uma profissão está intrinsecamente associado a uma oportunidade profissional, já que a ausência de experiência constitui um fator limitador para um mercado competitivo. A oportunidade de trabalhar por dois anos em uma empresa formal foi mencionada pelos jovens como um fator relevante, uma vez que essa primeira experiência de emprego revela-se como um espaço privilegiado de preparação para uma atuação futura no mercado de trabalho. As habilidades técnicas desenvolvidas permitiram aos participantes um incentivo para a busca por formações, graduações e cursos, percebidos como novas oportunidades de ensino, requerendo novos hábitos de estudo.

Diante disso, torna-se evidente a contribuição que a inserção profissional ofereceu para o aprendizado na profissão. A aprendizagem é considerada uma mudança atitudinal e comportamental relativamente permanente ligada à experiência prática, que inclui os planos afetivo, cognitivo e motor, asseverando flexibilidade, adaptabilidade e capacidade transformadora do ser humano (Pantoja & Borges-Andrade, 2004). Sendo assim, aprender é um processo constituído por meio das vivências do indivíduo em interação com o ambiente e não um resultado proveniente da idade ou da maturação (Gondim et al., 2014). Nesse sentido, a entrada dos jovens no mercado de trabalho evidenciou efeitos favoráveis na busca por aprendizado, validada pela amplitude dos relatos, durante os grupos focais.

"[...] as pessoas verem o nosso currículo aí vê: poxa, Luís Eduardo Magalhães, Fundação. Então, as pessoas sabem, né? [...] Para chegar nessas empresas e conquistar nosso espaço" (Participante 15).

De acordo com o relato dos participantes, manter a rotina de estudo apareceu como um fator importante pela necessidade de expansão dos conhecimentos para a prática laboral. De acordo com alguns relatos, os jovens associaram elementos positivos à simultaneidade do estudo e do trabalho. Oliveira et al. (2003) fundamentam em seus estudos que, em decorrência de uma maior maturidade do aluno trabalhador, o aprendizado resultante do trabalho e a possibilidade de um futuro respaldado por uma carreira profissional são benefícios percebidos pela conciliação estudo-trabalho.

"[...] Eu ingressei na faculdade com letras e inglês, então, acabou que eu tive que fazer diversas mudanças devido à faculdade e continuar com o emprego. Então, alguns hábitos foram bons, porque agregaram um pouco mais de estudos a matérias" (Participante 20).

Para os jovens de baixa renda, o ensino superior muitas vezes caracteriza-se como um sonho distante. Quando alcançam, muitas vezes não se mantêm na universidade devido à dupla jornada de trabalho e estudo. Entretanto, somente por meio da dupla jornada de trabalho e estudo é que o jovem de baixa renda vislumbra a possibilidade de uma melhor condição social estar associada a uma melhor qualificação profissional (Sobrosa et al, 2012).

"[...] quando eu vi que eu podia sim me manter, que podia sim... hoje eu vi uma outra realidade. [...] Hoje, graças a Deus, eu tô cursando o segundo semestre de Direito [...]" (Participante 2).

No entanto, os jovens evidenciaram também que conciliar as horas de trabalho com as de estudo foi uma tarefa por vezes exaustiva, ainda que necessária, uma vez que eles almejavam crescer profissionalmente.

"Eu comecei o curso de Pedagogia antes de entrar no PPE [...]. A rotina de trabalhar e estudar é muito dura, porque o meu curso é noturno. Então, eu entro 6h45/7h e saio 11h" (Participante 13).

Considerando os estudos de Fischer et al. (2007) e Oliveira e Robazzi (2001), o elevado número de atividades envolvendo trabalho e aprendizagem em que estão inseridos pode levar os jovens a ser

demandados por uma carga de responsabilidades para além de suas possibilidades. Por outro lado, a entrada no mundo do trabalho sugeriu um grande impacto na busca pela graduação e um dos motivos foi o fato de que os jovens tinham renda financeira fixa e, assim, puderam custear os estudos. Os jovens aprendizes acreditavam que, por meio do curso superior, poderiam melhorar sua condição de vida.

"[...] ... já consegui também, é.. fazer outros cursos, comprar materiais de cursos pra meu estudo, né? pra ter um futuro melhor, me estabilizar melhor na situação. [...] Pretendo agora cursar minha faculdade. Tudo isso através do Primeiro Emprego [...]"
(Participante 3).

Além das habilidades técnicas, a experiência de viver o dia-a-dia de uma profissão e o relacionamento interpessoal estabelecido no ambiente laboral com os líderes e os colegas foram tópicos citados com frequência nos relatos sobre a vivência de uma primeira experiência laboral.

Nessa perspectiva, os jovens salientaram que a prática do curso técnico teve papel fundamental no suporte para a escolha do futuro profissional, uma vez que eles puderam vivenciar possíveis campos de atuação e delinear seus projetos de carreira. Nessa ordem, a conclusão de um curso técnico, voltado para o mercado de trabalho, está intimamente ligada a uma carreira ocupacional formal e à percepção do alcance de novas habilidades e consequentemente a possibilidade de uma profissão.

"A minha chefia direta era uma pessoa maravilhosa, eu aprendi muito com ela, muito pessoalmente, profissionalmente. Ela inclusive era advogada, que é a minha área e eu me espelho muito nela [...]"
(Participante 25).

Correlacionando os resultados encontrados e a pesquisa de [Amazarray et al. \(2009\)](#) com adolescentes aprendizes em processo de inserção laboral, constatou-se que os espaços laborais potencializam sentimentos de segurança, construção da identidade do trabalhador, independência financeira, probabilidade

de melhoria de vida, busca por formação profissional privilegiada e valor moral. De outra forma, [Lima \(2006\)](#) fundamenta que o desenvolvimento de uma sociedade tem, entre seus componentes de análise, o grau de qualificação técnico-científica da força de trabalho.

Respalhada em seus estudos sobre a análise do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), [Silveira \(2009\)](#) sustenta que o jovem busca o desenvolvimento de habilidades e competências quando ele está inserido em circuitos que favoreçam a socialização e a qualificação para o mundo do trabalho.

Os núcleos de sentido Valorização, Crescimento, Experiências e Qualificação Profissional, de acordo com a estruturação da fala dos jovens, foram atrelados ao eixo das mudanças pessoais, uma vez que o sentimento de mudança profissional é percebido, também, como uma mudança pessoal e vice-versa, corroborando o pensamento Freiriano de que somente por meio da reflexão-ação, o indivíduo tem a capacidade atuar, refletir, transformar e comprometer-se ([Freire, 1979](#)).

Pelo relato dos jovens, entendeu-se que a mudança comportamental ocorrida durante a experiência de emprego foi marcada pela melhoria da comunicação, pelo ganho de responsabilidade, pela maturidade e postura profissional. Ademais, apontam a administração financeira como uma habilidade aprendida para controle dos gastos pessoais e do salário.

"A diferença que eu percebi foi na construção, mesmo como trabalhadora, no sentido de que a maturidade, a abertura no ambiente de trabalho para trocas foi muito significativa. E além dos cursos [...] achei que foi muito importante né, na qualificação" (Participante 22).

Em síntese, os núcleos de sentido relacionados às percepções de mudanças laborais evidenciaram que os jovens, mesmo envolvidos em contextos de uma vida precarizada, quando interagem com pares, grupos ou movimentos sociais, encontram caminhos proveitosos para suas concepções, princípios e idealizações, afirmando-se como sujeitos ([Neiva, 2016](#)).

Mudanças pessoais e mudanças sociais

Com relação às mudanças pessoais e sociais, houve um desmembramento para 12 e 4 núcleos de sentido, respectivamente, considerando a frequência, a interligação das falas, o aporte teórico e a subjetividade dos jovens aprendizes. Mudanças pessoais: 1) Valorização pessoal; 2) Crescimento pessoal; 3) Experiências pessoais; 4) Qualificação pessoal; 5) Segurança; 6) Futuro/esperança; 7) Questões financeiras; 8) Novas habilidades; Mudanças na moradia; 9) Oportunidades de bens materiais; 10) Independência financeira/autonomia; 11) Benefícios indiretos 12). Mudanças sociais: 1) Credibilidade/status social; 2) Mobilidade social; 3) Mudanças no papel dentro da família; 4) Habilidades interpessoais.

O ambiente laboral constitui-se um dos fatores preponderantes para a constituição da identidade. Desse modo, aspectos relacionados a responsabilidade (crescimento), reconhecimento (valorização) e independência (questões financeiras) integram a construção de valores vinculados ao trabalho e à construção da subjetividade humana (Coutinho et al., 2007). Para os jovens, a construção da identidade social e profissional no ambiente de trabalho proporcionou-lhes mudanças significativas.

A constatação de crescimento pessoal foi um dos núcleos de sentido que mais apareceu nos relatos dos jovens trabalhadores. Diante de uma primeira experiência laboral, o jovem compreende que a possibilidade de uma mobilidade social está relacionada ao alcance da credibilidade/status social, por meio do desenvolvimento dessas habilidades pessoais/laborais. Como consequência, a mudança no papel familiar torna-se inevitável, perante a conquista de um trabalho formal. Segundo Ferraz e Menna-Barreto (2012), é essa mudança que afeta positivamente a relação com o trabalho, com a família e com a própria vida.

A contribuição com as necessidades financeiras dos seus entes legitima a mudança de papel dentro da família, a mobilidade social e a consequente alteração do status social, entendido como a posição ocupada por cada pessoa na estrutura social em que ela vive. De acordo com os jovens, estar inserido na manutenção alimentar e no cuidado da saúde gerou oportunidade de crescimento pessoal/profissional e uma conseguinte ampliação da credibilidade social.

"[...] eu penso que às vezes você se sentir útil, se sentir independente, se sentir capaz, acaba reforçando o sentido de autoconfiança e você consegue, sim, progredir [...] à medida que você vai conquistando [...]"
(Participante 2).

Outras mudanças atreladas às questões financeiras também foram ocasionadas em setores da vida dos jovens e seus familiares, tais como a independência financeira/autonomia e os benefícios indiretos, obtidos com o plano de saúde, vale-alimentação etc. Os jovens relataram que os rendimentos auxiliaram nas mudanças, na construção de moradias próprias e na obtenção de bens materiais, em conjunto com seus familiares e/ou para eles. Além disso, citaram ter feito reformas e melhorias gerais em suas residências, salientando que essas realizações estão atreladas à oportunidade de participar de uma primeira experiência laboral.

"[...] foi que eu entrei no primeiro emprego e com o dinheiro que consegui através do primeiro emprego eu pude construir a minha casa" (Participante 4).

Nesse sentido, Lima (2016) defende que as mudanças relevantes ocorridas com uma juventude em situação de pobreza apontam para melhores condições frente às dificuldades encontradas pelas desigualdades sociais. Ainda, a inserção no mercado de trabalho para jovens de baixa renda torna-se uma via de mobilidade social, de aquisição de uma vida mais produtiva e melhorias na qualidade de vida do indivíduo e da família.

As habilidades interpessoais configuradas no ambiente de trabalho também foram consideradas essenciais no incentivo, instrução e suporte para o desenvolvimento de novas habilidades, associadas a ter uma profissão, núcleo central do mapeamento. Esses resultados evidenciaram que segurança, empregabilidade e acesso a direitos trabalhistas colaboram com a esperança de um futuro melhor para um jovem de baixa renda.

O desenvolvimento de novas habilidades atitudinais/comportamentais que ocorreu durante a vivência de uma primeira experiência laboral também foi mencionado como um aspecto relevante. De acordo com os relatos, os participantes afirmaram que uma primeira experiência laboral os ajudou a lidar com a timidez, melhorou a sua comunicação verbal e escrita,

aumentou a iniciativa em sua rotina e eles se sentiram mais responsáveis e mais valorizados, pessoal e profissionalmente. Esses resultados evidenciaram que não somente a experiência laboral, mas também a qualificação pessoal e profissional contribuiu para a aquisição de habilidades e para o conhecimento dos jovens, fomentando a sua credibilidade social.

“Bom... eu tive a oportunidade e eu cresci muito, porque era uma pessoa extremamente tímida [...], eu consegui crescer, porque tive contato direto com as pessoas, tive que tomar a frente de algumas decisões e questões. Então, eu acho que cresci bastante” (Participante 23).

Eles enfatizaram, também, que a vivência laboral os ajudou a lidar com pessoas de diversas classes sociais e com opiniões diferentes. Assim, as novas habilidades adquiridas contribuíram para a minimização dos conflitos existentes e seus impactos nas relações, o que repercutiu no desenvolvimento de habilidade interpessoal, no sentimento de segurança e no reconhecimento da sua capacidade para conquistar seus sonhos.

“Bom, como eu trabalhava com diversos tipos de pessoas, acabou que agregou um pouco mais à questão social [...], então, você tinha que lidar com todo tipo de situação [...] então, com certeza, agregou muito no sentido pessoal e social também” (Participante 20).

Entre as maiores contribuições que a primeira experiência laboral trouxe para os jovens, pode-se frisar a perspectiva de um trabalho/emprego futuro, o que está de acordo com o seu propósito. Além disso, eles referiram que houve aumento da consciência dos seus deveres, da responsabilidade, da independência financeira e da proatividade.

Em suma, ao pensar sobre as mudanças pessoais e sociais experienciadas por esses jovens trabalhadores, é possível compreendê-las à luz do conceito de empoderamento ou “empowerment” (Vasconcellos, 2003), que define empoderamento como um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e dos grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de discriminação social. De outra forma, Peterson (2014) o define como “um processo ativo e participatório,

por meio do qual indivíduos e grupos ganham verdadeiro controle sobre as suas vidas, adquirem direitos e reduzem a marginalização” (p. 96). Ou seja, o termo empoderar refere-se a um processo em que o jovem age sobre si mesmo, levando a mudanças e ações no propósito da evolução e do fortalecimento.

Ora, relacionando a visão sistêmica dos conceitos de empoderamento com a inclusão profissional de um jovem de baixa renda, pode-se presumir que o empoderamento dos autores nas instituições transforma as relações de poder autoritárias em relações mais horizontais, tornando-as flexíveis conforme os registros trazidos por Kleba e Wendausen (2009) em sua pesquisa sobre o processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e a democratização política por meio do empoderamento. Dessa ordem, percebeu-se que os jovens trabalhadores adquiriram sentimentos de poder, competência, autovalorização e autoestima, que se caracterizam como fatores impulsionadores de mudanças estruturais na sociedade.

O oferecimento de instrumentos aos jovens na escolha profissional, despertando o senso crítico em relação ao mundo do trabalho, os auxiliou na construção de suas carreiras e os tornou agentes sociais capazes de produzir impactos em seus ambientes de interação. As estratégias utilizadas por uma primeira experiência laboral são direcionadas ao desenvolvimento integral de um jovem de baixa renda, pois o aprendizado profissional também tem como intuito prepará-los para sua inserção no mercado de trabalho, reduzindo a vulnerabilidade social da juventude no estado da Bahia.

Considerações finais

Em meio a um conceito polissêmico que se amplia, estudar a(s) juventude(s) sempre será um desafio. Entretanto, com base nos dados da pesquisa, constatou-se que os jovens atravessam as mesmas questões sociais que estão inseridas na adultez. Portanto, uma primeira experiência laboral estrutura-se como uma possibilidade de combate ao desemprego juvenil, articulando qualificação profissional, geração de emprego e renda e responsabilidade social.

Portanto, percebeu-se que depois de uma primeira experiência laboral, os jovens adquirem uma percepção de possibilidade de crescimento profissional, vislumbram seu futuro pensando nas oportunidades de obter mais conhecimento nas possíveis adversidades do mundo do trabalho, demonstrando um sentimento de segurança e de reconhecimento da sua capacidade para a conquista dos sonhos.

À vista disso, os resultados da pesquisa foram capazes de elucidar questões importantes relacionadas à percepção dos jovens diante de uma primeira experiência laboral. Foi possível captar que a maioria das mudanças observadas foram positivas e indicaram um aumento na qualidade de vida dos jovens de baixa renda. Conclui-se, portanto, que para uma modificação dos padrões de reprodução da força de trabalho juvenil, baseados na precarização e na subalternidade, é necessária uma transformação da realidade laboral dos seus atores.

Lacunas existentes poderiam fomentar novas agendas de pesquisa sobre o tema. Questões relativas a outras experiências laborais para uma juventude de baixa renda, por exemplo, poderiam ser abarcadas por outros estudos. Essas limitações abrem possibilidades para pesquisas futuras e maior compreensão gradual do tema.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Contribuições dos autores

Borges, P. S. B. participou da concepção da pergunta de pesquisa, delineamento metodológico, busca e análise dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Lima, A. A. B. participou da concepção da pergunta de pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Aguiar, C. V. N. participou do delineamento metodológico, busca e análise dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico. Todos os autores revisaram e aprovaram a versão final e estão de acordo com sua publicação.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas

não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista *Psicologia, Diversidade e Saúde* é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Advanced Financial Network. (s.d.). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 2019*. <https://br.advfn.com/indicadores/pnad/2019>
- Amazarray, M. R., Thomé, L. D., Souza, A. P. L., Poletto, M., & Koller, S. H. (2009). Aprendiz versus trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 329–338. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300006>
- Carrano, P. (2013). Juventudes: As identidades são múltiplas. *Movimento-Revista de Educação*, (1).
- Castro, J. A., Aquino, L. M. C., & Andrade, C. C. (Orgs.). (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Ipea. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9162>
- Cossette, P., & Audet, M. (1992). Mapping of an idiosyncratic schema [Mapeamento de um esquema idiossincrático]. *Journal of Management Studies*, 29(3), 325–347. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.1992.tb00668.x>
- Coutinho, M. C., Krawulski, E., & Soares, D. H. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: Repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19, 29–37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400006>
- Decreto n. 8.537, de 5 de outubro de 2015* (2015). Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8537.htm

- Ferraz, D. L. S., & Menna-Barreto, J. A. (2012). A organização dos trabalhadores desempregados como mediação para a consciência de classe. *Organizações & Sociedade*, 19(61), 187–207. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000200002>
- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. (2007). Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), 973–984. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000400019>
- Freire, P. (1979). *Educação e mudança* (12a ed.). Paz e Terra.
- Gondim, S. M. G., Morais, F. A., & Brantes, C. A. A. (2014). Competências socioemocionais: Fator-chave no desenvolvimento de competências para o trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 14(4), 394–406. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400006&lng=pt&nrm=iso
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [s.d.]. *Desemprego*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, 18(4), 733–743. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>
- Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003 (2003). Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.748imprensa.htm
- Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005 (2005). Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111129.htm
- Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Lei n. 13.459, de 10 de dezembro de 2015 (2015). Institui o Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional a estudantes e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e a jovens e adolescentes qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Bahia e dá outras providências. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=324647>
- Lei n. 14.395, de 16 de dezembro de 2021 (2021). Reestrutura o Projeto Primeiro Emprego - PPE, instituído pela Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015, e dá outras providências. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=424578>
- Lima, A. A. B. (2006). *As mudanças do campo qualificação: trabalho, educação e sujeitos coletivos no Brasil contemporâneo* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16422>
- Lima, A. S. (2016). *Periferias e subjetividades juvenis em Salvador/Bahia* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/21049>
- Magalhães, M. O., & Bendassoli, P. F. (2013). Desenvolvimento de carreiras nas organizações. In L. O. Borges, & L. Mourão, (Orgs.). *O trabalho e as organizações: Atuações a partir da psicologia* (pp. 433–464). Artmed.
- Neiva, D. A. (2016). *O significado do trabalho para jovens da qualificação profissional no âmbito da assistência social* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21770>
- Novaes, R. (2007). Juventude e sociedade: Jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial, Ciência e Vida*, 1(2), 6–15.
- Oliveira, B. R. G., & Robazzi, M. L. C. C. (2001). O trabalho na vida dos adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 9(3), 83–89. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692001000300013>
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. (2003). A escola e o trabalho entre adolescentes do ensino médio da cidade de São Paulo: uma análise de representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 5(1), 27–39. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000100003&lng=pt&nrm=iso
- Pantoja, M. J., & Borges-Andrade, J. E. (2004). Contribuições teóricas e metodológicas da abordagem multinível para o estudo da aprendizagem e sua transferência nas organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 115–138. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552004000400007>
- Peterson, N. A. (2014). Empowerment theory: Clarifying the nature on higher-order multidimensional constructs [Teoria do empoderamento: Esclarecendo a natureza dos construtos multidimensionais de ordem superior]. *American Journal Community Psychology*, 53(1–2), 96–108. <https://doi.org/10.1007/s10464-013-9624-0>

- Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016 (2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Silva, D., Lemos, F., & Nascimento, M. (2015). Desfiliação social, cidades e suas (in)seguranças. In F. C. S. Lemos, D. Galindo, F. C. S. Bengio, A. C. F. Franco, G. S. S. Souza, D. G. Silva, (Orgs.). *Psicologia Social, direitos humanos e história: Transversalizando acontecimentos do presente*. Editora CRV.
- Silveira, O. M. C. (2009). *O unicórnio e o rinoceronte: análise do Projovem a partir de seus beneficiários* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10611>
- Sobrosa, G. M. R., Camerin, C., Santos, A. S., & Dias, A. C. G. (2012). Considerações acerca da inserção profissional de jovens do ensino médio. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 20(1-2), 41-49. https://www.researchgate.net/publication/273308759_Consideracoes_Acerca_da_Insercao_Profissional_de_Jovens_do_Ensino_Medio
- Sposito, M. P. (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. Ação Educativa.
- UNESCO. (2009). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf
- Vasconcellos, E. M. (2003). *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias*. Paulus.